Capítulo I

A Fadiga das Retinas ou o milagre da multiplicação dos textos: a “era de ouro” da escrita

(...) o único modo de os livros serem preservados, não se perdendo nem sendo destruídos, deve-se a esta mesma multiplicidade. Graças a ela, os livros estão salvos das injúrias do tempo, da cólera dos tiranos, do fanatismo dos perseguidores, das pilhagens dos bárbaros (Edouard Rouveyre – bibliófilo, livreiro, editor).

Na Europa do século XIX, o considerável aumento dos índices de alfabetização de homens e mulheres dos mais diversos setores da população e, sobretudo, dos grandes centros urbanos, concorreu para a ampla circulação da escrita. Na metade do século, cerca de 70% da população masculina da França e 30% da feminina sabiam ler; na Inglaterra, 55% das mulheres e 70% dos homens; na Alemanha de 1870, 88% da população era considerada alfabetizada. Tais números certamente não são precisos e podem esconder o fato de que ser considerado alfabetizado não é o mesmo que ter habilidade para leitura. Por outro lado, em muitos casos, eram considerados alfabetizados indivíduos que possuíam capacidade de escrever, o que não engloba pessoas – muitas vezes mulheres – que embora não o soubessem, liam com desenvoltura. Tanto católicos como protestantes exerciam algum esforço para que seus rebanhos pudessem ler um limitado número de textos litúrgicos, porém, escrever (cartas, por exemplo) era visto como algo desaconselhável, uma vez que poderia significar certo grau de independência. Em algumas famílias perdurava uma rígida divisão, pela qual a mulher lia para a família e o homem cuidava da escrita, sobretudo, contábil⁴.

Imprecisos ou não, tais números e, ainda, a disseminação de bibliotecas públicas e privadas, o desenvolvimento da tecnologia de impressão e a profissionalização de escritores, editores e livreiros deixam transparecer valores de uma sociedade que sob a hegemonia de uma classe em ascensão tinha no

⁴LYONS, Marlyn. “Os novos leitores no século XIX”. IN: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*, v. 02. São Paulo, Ática, 1999.

amplo consumo – ou desejo de posse – de bens e serviços sua fonte de prosperidade. Não se tratava, portanto, de um milagre.

A “era de ouro” da escrita transcorria sem a competição do rádio, da televisão e de outros meios eletrônicos. Havia o teatro e outros locais públicos, onde textos escritos eram representados por atores e atrizes que adquiriam grande fama, mas eram nos jornais, nas revistas e nos livros, de todos os formatos e preços que se praticava uma leitura privada.

O romance moderno consolidava o seu prestígio, como arte e, também, como produto cultural destinado à diversão, tornando-se expressão de uma burguesia triunfante. As tiragens de alguns títulos se multiplicam rapidamente. Nos primeiros anos do século XIX, uma edição dificilmente superava os 1.500 exemplares, na década de 1840, no entanto, podia alcançar a casa dos 5.000 exemplares. Imprimiam-se livros para adultos e crianças, acessíveis a endinheirados, aos setores médios e até mesmo àqueles que mal conseguiam obter o suficiente para o próprio sustento e de seus dependentes. Em 1870, as edições mais baratas de Júlio Verne tinham tiragens de 30 mil exemplares⁵. Lia-se sob condições das mais diversas: nas elegantes sociedades de leitura e nas oficinas, nos momentos de lazer e durante o intervalo dos turnos de trabalho, na companhia familiar ou solitariamente.

A escrita, nascida a serviço da autoridade divina e restrita às elites, se tornava presente em todos os ambientes públicos e privados e sua disseminação, naquele século XIX, pode ser entendida como síntese de dois grandes universalismos: Iluminismo e Liberalismo.

Liberdade de pensamento e de opinião, diziam uns; “produzir é movimentar”, era a máxima de outros: idéias e mercadorias circulando sem fronteiras. Para uns a escrita (e outras formas de arte) é expressão de idéias que alimentam o gênio humano; para outros, é mercadoria que deve ser produzida em dimensões suficientes e atender tanto à fortuna do mercador quanto às carências do seu consumidor. Se tal debate agravou antagonismos entre produtores de idéias e de mercadorias, sob outro aspecto, moveu (e talvez ainda mova) expectativas em relação ao público. Uniformização ou diversidade, manipulação ou educação, convergências ou dispersões, opressão ou liberdade: opiniões das mais opostas se

⁵Idem.

confrontavam sobre os efeitos da ampla circulação indiscriminada de bens simbólicos.

O que vinha ocorrendo na Europa do século XIX não era somente aumento geométrico na comercialização de livros, tal qual o consumo generalizado de bens dos mais diversos, conseqüência, dentre outros fatores, da substituição do trabalho artesanal por máquinas e métodos mais adequados à grande produção, da melhoria das condições de transportes e do relaxamento das medidas alfandegárias.

A prensa de Gutenberg, no século XV e, mais acentuadamente, no seguinte, já havia anunciado uma tendência: um navegante que singra os textos, alheio às instruções que impõem um norte. Antes, um seletto grupo de especialistas lidava com um *corpus* limitado de textos e, sobre ele, se dedicava intensamente, não só lendo, mas comentando, anotando e realizando inúmeras operações de remissão, em busca de uma interpretação bussolar, correta e profunda. Ao contrário disto, tornar-se-ia familiar o indivíduo que tem ao redor de si uma multiplicidade de textos e, sobre eles, exerce as mais diversas práticas de leitura. Da leitura distraída à apaixonada, da erudição ao arrebatamento, nos livros buscava-se toda sorte de interesses.

Esse leitor, ao lidar com um mar de textos, podia ainda realizar comparações e, a partir delas, produzir seus próprios sentidos e definir usos dos mais diversos: imprimir seus próprios horizontes, durante calmarias ou tormentas. A tradição erudita do leitor intensivo contrasta e convive com um leitor novo, um leitor extensivo. Tal aparição deflagra um conflito que põe num canto da arena o leitor moderno e, do outro, escritores, comentadores, censores e guardiões da escrita. Na Europa do século XIX, a ampliação da oferta de textos e da leitura criou um público de leitores repletos de expectativas próprias: acirram-se conflitos e erguem-se barricadas.

Por outro lado, foi à consolidação desse público que permitiu a transformação da escrita num negócio vantajoso, movido e movendo ambições de consagração artística e sucessos comerciais. Os editores de livros ofereciam e faziam circular inúmeras mercadorias, para todos os gostos e bolsos, brochuras ou belas encadernações; *pockets books*, *standards* e outros formatos que traziam textos sobre os mais diversos temas e assuntos: romances, mas também obras científicas, filosóficas, políticas etc. Nos jornais, podia-se encontrar desde notícias que davam conta dos acontecimentos quotidianos e locais e, também de guerras e

revoluções distantes, até romances seriados, os folhetins que tanto agradavam ao público. Havia revistas dedicadas inteiramente ao público feminino que traziam dicas culinárias e de comportamento social e até mesmo, como *Le droit des femme*, artigos defendendo o divórcio e a ampliação do ensino escolar para as meninas⁶. Tudo isso escrito por uma categoria que também se ampliava e se profissionalizava, no ritmo dessa demanda: o autor.

Os jornais tornaram-se empresas importantes, empregando inúmeros profissionais da escrita e também operários gráficos que passaram a lidar com equipamentos bem mais sofisticados do que aqueles introduzidos por Gutenberg, utilizados até o século anterior. Os “ursos” – que se moviam entre a prensa e o recipiente de tinta – e os “macacos” – responsáveis por catar os tipos e enfileirá-los nas formas – foram substituídos por profissionais que trabalhavam num ritmo bem mais intenso do que aquele dos antigos tipógrafos artesãos.

Em 1814, na Inglaterra, são introduzidas as primeiras máquinas impressoras movidas a vapor. As primeiras rotativas – concebidas em 1847 por Hippolyte Marinoni (1823-1904) – entram em funcionamento e permitem imprimir dez mil exemplares/hora. Em 1857 é a vez das máquinas destinadas à produção industrial de papel, feito a partir da madeira. Em 1872, a linotipia – sistema de composição mecânica – idealizado por Otamar Mergenthaler (1854-1899), permitia juntar, com a ajuda de um teclado, não apenas letras (tipos) uma a uma, mas um conjunto delas em um único bloco de texto, acelerando a composição dos prelos. Neste período, a impressão de jornais podia alcançar 36.000 exemplares / hora. Além disso, desde 1836, os jornais tiveram seu preço reduzido, graças às inovações tecnológicas e, também, por se tornarem órgãos de publicidade paga, por iniciativa de Emile Girardin (1806-1881), proprietário do jornal *La Presse*. “Em 1824, havia em Paris 47 mil assinantes de jornal; em 1836 eram 70 mil, e em 1846, 200 mil” – diz Walter Benjamin⁷.

A pujança daqueles anos parecia confirmar a crença de que a “invenção” do Ocidente estaria intimamente ligada à aparição da escrita alfabética. Sua disseminação, portanto, confirmaria, tão somente, a hegemonia de uma Europa que, desde os tempos helênicos, não poupou esforços para impor seus conceitos

⁶Idem.

⁷BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Brasiliense, São Paulo, 1991.

de civilização aos demais povos, fossem iletrados ou usuários de uma escrita tida como bárbara. Se tal certeza podia pôr em aliança escritores e mercadores, iluministas e liberais, por outro, estabelecia critérios díspares de luzes e liberdade, de consagração e de progresso. Uns apregoavam os valores de uma escrita que tinha a erudição como referência, outros, os borderôs, as planilhas de venda e o comércio. Neste sentido, leitores serão duplamente disputados: por aqueles que querem ser lidos e compreendidos tal qual conceberam sua obra, e também por produtores que querem fazer prosperar sua atividade. Arte ou negócio, texto ou mercadoria escrita; artista ou operário, leitor ou consumidor, criador ou industrial: nem sempre era fácil definir conceitos e limites, quando um cede lugar a outro.

Ocorre, no entanto, que o leitor com sua irresistível vocação para as impertinências parece sempre encontrar meios de questionar certezas e propor leituras próprias. Em torno de tal possibilidade, tem se perpetuado um eco dos ensinamentos de Sócrates a Fedro que diziam dos riscos representados pelos discursos que rolam por toda parte, entre os que “entendem” e os que “não entendem”. Neste sentido, é possível compreender os debates travados em torno da circulação dos textos como um jogo no qual estaria em disputa o poder de decidir sobre o destino dos bens socialmente produzidos, seus sentidos, usos e atributos. Tal disputa parece constituir o palco de lutas e constante vigília executada por diversos grupos mais ou menos organizados e que pretendem, cada um deles, o monopólio da influência, da direção e da educação do gosto e do comportamento dos indivíduos.

No século XIX europeu, no centro da cena de tais disputas, além das autoridades de Estado e clericais, não poderia estar ausente aquele, que de forma avassaladora e definitiva (pelo menos pelos séculos seguintes), acabara de entrar triunfante e ditava o ritmo da produção e circulação de bens simbólicos e materiais: o burguês. Afinal, embora pudesse ser mero passatempo, sempre se soube que através dos textos e de suas leituras circulam hábitos, conceitos e concepções, além de certezas e dúvidas. No mais, o domínio dos meios e modos de produção e circulação dos bens simbólicos – seus suportes e conteúdos – sempre foi uma garantia de controle da partilha que é exercida sobre indivíduos e grupos, uma partilha que estabelece, simultaneamente, “um comum partilhado e

partes exclusivas”⁸. Assim sendo, a ascensão do burguês confere contornos jamais vistos ao teatro de lutas pela autoridade de definir quem, o que e como escrever, e ainda – e talvez principalmente –, quem, o quê e como ler.

Se a “era de ouro da escrita” marca a ascensão do burguês – que se impõe (derrota ou se alia) a uma aristocracia – é também um momento em que um outro personagem pretende afirmar sua autonomia e condição de protagonista: o autor. Este trabalhador, intelectual ou artista, que tem a pena como ferramenta de sobrevivência teve sempre pela frente uma difícil decisão e, naquele momento, suas fichas estavam sendo jogadas.

Não se pode compreender a experiência que os escritores e os artistas puderam ter das novas formas de dominação às quais se viram sujeitos na segunda metade do século XIX, e o horror que a figura do “burguês” por vezes lhes inspirou, se não se tem uma idéia do que representou a emergência, favorecida pela expansão industrial do Segundo Império, de industriais e de negociantes com fortunas colossais (como os Talabot, os De Wendel ou os Schneider), novos-ricos sem cultura dispostos a fazer triunfar em toda a sociedade os poderes do dinheiro e sua visão do mundo profundamente hostil às coisas intelectuais (p. 64)⁹.

O autor, “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”¹⁰ – aquele que empresta autoridade ao texto – se tem seu nome reconhecido e adquire remuneração e direitos sobre sua obra, tem pela frente, também, aquele que o impõe um desafio: o burguês.

Não se trata mais de um cardeal ou um nobre a quem deve dedicar sua obra, mas um mercador que pode tornar pública sua arte e elevá-lo à consagração e à fortuna ou pode condená-la ao anonimato, à miséria e à masmorra. A multiplicação dos textos se, por um lado, reduz o poder de exegetas, soberanos e inquisidores, por outro coloca o autor diante de um o espaço público que se define como tribunal de glória ou defenestração de sua escrita.

A partir de 1709, na Inglaterra, e depois de 1777, na França, os autores conquistariam algum alento na busca de remuneração sobre o seu trabalho. Na década de 1780, na Alemanha, vêm-se autores como Fichte e Kant engajados nas

⁸RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo, 34, 2005, p. 15.

⁹BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Cia. das Letras, São Paulo, 1996, p. 64.

¹⁰FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 2004, p 26.

lutas a favor de uma legislação que protegesse tais direitos. No entanto, se na condição de trabalhadores alcançavam certas conquistas, na condição de intelectuais ou artistas, o autor parecia pouco confortável ao ter de se submeter tanto às ambições do negociante burguês quanto ao gosto do público. Este duplo desconforto estabelecia uma contradição difícil de acomodar. De um lado, poderia viver do seu trabalho sem necessitar se tornar um bufão dependente dos favores e da proteção de um mecenas ostentador; por outro, tirando seu sustento da remuneração pela venda do produto de sua pena, tinha que angariar admiração do consumidor real, feito de carne, osso e contradições. Entre um pólo e outro oscilaram autores que escreviam para editores de livros, para os grandes jornais e para as apresentações teatrais.

Havia muitos que podiam ser vistos entre os freqüentadores assíduos dos salões endinheirados. Tinham a companhia de alta burocracia – que, em vários casos se tornavam responsáveis pelo mecenato oficial –; de grandes comerciantes, inclusive editores ou donos de jornais; e de um tanto de outros artistas que buscavam privilégios e a admiração dos poderosos. Havia outros, como Eugène Sue ou Alexandre Dumas que descobriram nos folhetins uma forma de adquirir popularidade, sustento e consagração. Seus escritos rendiam grandes lucros aos editores, conquistando toda a Europa e atravessando o Atlântico, o que permitia que os autores obtivessem uma razoável remuneração por seu trabalho diário e incessante. *Os três mosqueteiros* (1844) e *O Conde de Monte Cristo* (1846) são exemplos de uma escrita repleta de personagens heróicos e estilizados que vivem cavalgadas e duelos, amores felizes e trágicos. *Os Mistérios de Paris* (1842 - 43), ao contrário, traz à página o *bas-fond* de uma cidade que se orgulha de suas modernizações. Seus relatos de fácil digestão são apreciados por uma burguesia *voyeurista* que, no conforto de sua poltrona, assiste aos infortúnios de protagonistas e coadjuvantes que se esgueiravam nos borralhos da capital francesa.

Na periferia da corte e do mercado, sobrevivia também uma população de jovens sem fortuna que sonhava viver da escrita, atividade, até então, mais estreitamente reservadas aos homens de origem nobre ou burguesa. Nutridos de luz e certeza de talento, mas carentes de qualquer mercadoria de valor ou prestígio – moedas indispensáveis para fazer valer seus sonhos –, aqueles jovens (pois eram quase todos jovens) constituem um exército de mão-de-obra reserva do negócio da

escrita. Aprendizes de um ofício não encontravam abrigo na corte ou no mercado. Seus espaços eram os cafés, entre álcool, ópio e amores clandestinos. A boêmia torna-se assim um território que, se não tem como destituir o burguês e tudo aquilo que ele domina (o mercado e a corte), serve como contraponto a um estilo afetado e arrogante.

Com a fantasia, o trocadilho, a *blague*, as canções, a bebida e o amor sob todas as suas formas, o boêmio contribui para definir um estilo de vida de artista e que, em certa medida, influenciará o próprio estilo de uma forma de fazer arte¹¹. Assim, ao lado do trabalhador que põe sua pena a serviço do gosto do público ou do cortesão bajulador dos poderosos, o boêmio, mais do que viver da arte, vive a arte de viver e passa a constituir um grupo específico de profissionais da escrita.

Cortesão, popular ou boêmio, é alternando-se entre esses três arquétipos – uma vez que não se pode defini-los de forma estanque e despossuída de ambivalências e deslocamentos – que os profissionais da escrita se moviam, num cenário de intensos debates e disputas pela conquista e afirmação de sua autonomia e, por conseguinte, da definição dos contornos da própria circulação dos discursos.

A estas possibilidades de se viver da escrita, uma nova postura começa a ganhar força, na segunda metade do século XIX. Não se tratava mais de atender ao burguês ou ao público, uma vez que ambas opções podiam ser entendidas como sendo a mesma coisa, afinal, o burguês enriquecia às custas do gosto do público. A boêmia, por sua vez, também não parecia ser opção, uma vez que podia ser confundida com estilo do operário que se embriagava com vinho barato ou com o do burguês ocioso em busca de pura diversão e adornos. O que pretendiam homens como Baudelaire ou Flaubert, ao invés disso, era ter um leitor que correspondesse a um ideal de erudição, que não se deixasse envolver por tramas quotidianas e fugidias; um leitor que, guiado pelo texto, realizasse as injunções propostas por seu autor, um leitor que não fosse mero consumidor de bens disponíveis para sua distração, mas que, ao contrário, tivesse no texto uma fonte de iluminação. A autonomia do artista estaria assim condicionada a autonomia da arte, do escritor e da escrita.

¹¹BOURDIEU, Pierre 1996, p. 70- 73.

A contradição passa a se apresentar com outras tintas. Não se trata mais de se decidir entre a corte ou mercado ou os cafés modorrentos e difamatórios: instâncias não legítimas para validar a arte. A consagração teria que vir da própria arte, através daqueles que possuíam elementos para avaliá-la, ou seja, os próprios profissionais da escrita, dotados de erudição e senso artístico. Tratava-se, pois, de se decidir entre a arte e o gosto do burguês ou do operário, dos salões ou do mercado. Arte e público estavam em conflito.

Entre a intenção e o gesto, entre criador e criatura, no entanto, existe uma distância a ser percorrida: há sempre uma pedra no caminho. Não existe arte se ela não tem como ser percebida, não existe texto se ele não tem como ser lido. Entre o escritor – aquele que escreve textos – e o autor – aquele que vê seus textos publicados – há uma rede de mediadores e a parte mais visível, sem dúvida, é o editor.

A história editorial – das primeiras tabuletas mesopotâmicas aos modernos editores de textos – pode ser contada através do combate ao “erro tipográfico”¹², os desvios que o gesto sobrepõe à intenção. Dos antigos escribas, que cunhavam a palavra de um soberano, aos escravos letrados da Grécia Antiga, que fixavam no papiro o que lhe ditava o filósofo ou orador da ágora; dos bibliotecários de Alexandria, que tinham de decidir qual das muitas versões era a única fiel e verdadeira; dos monges medievais, que entre inúmeros códices buscavam o Verbo divino, a Erasmo de Roterdã, que revisava provas para as impressoras: muitos têm sido os esforços para manter intacta no texto a originalidade concebida pelo gênio criador. Ler Aristóteles ou Cícero – não importa em que idioma – é ler aquilo que dele fizeram um sem número de profissionais, que deixaram suas marcas, como revisores, copistas, impressores, ilustradores etc.

Não é diferente com os textos contemporâneos. O tempo pode, sem dúvida, aprofundar marcas ao que fora puro, mas a pureza do branco se perde com as tintas, tão logo estas se espalham sobre o suporte e circulam por mãos sujas e repletas de intenções. Os editores, ao longo da história, podem ter assumido diversas funções – de escribas da lei a tradutores de um deus; de filólogos eruditos a escavadores de palimpsestos ou colecionadores de incunábulos –, mas jamais deixaram de estar próximos aos textos, numa relação promíscua ou apaixonada.

¹²Sobre isso ver: “Editoração, um conceito na história”. IN: ARAÚJO, Emanuel. *A Construção do livro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1986, p.35 -54.

Não é de se estranhar, portanto, que sobre eles – e todos que circundam este ofício – pesem as mais graves acusações e desconfianças, mas também, não raro, adulações e cumplicidades.

Ora, no século XIX, destarte outras motivações, o editor é, sobretudo, um mercador de livros, um intermediário entre um escritor e um possível leitor. Por conseguinte, ao contratar um determinado texto, exercerá sobre seu autor todo seu poder de persuasão, em favor das exigências que ele acredita serem as mesmas das de seu consumidor, ou seja, do mercado. O autor vive assim sob o impasse de resistir às demandas de seu editor, tendo vetada a impressão de seus textos, ou ceder sua pena aos caprichos ou às considerações de um negociante, tendo como perspectiva a consagração junto ao mercado e, por extensão, ampliado o seu prestígio social. Entre a autonomia autoral e a autonomia financeira, decorrente dos valores recebidos pela venda de sua obra, ao autor não restará outra alternativa senão tentar influir no gosto do público, sob pena de ter de ceder ao mercador ou condenar-se à miséria.

Na Paris de 1879, o bibliófilo, “por amor”, Edouard Rouveyre (citado na epígrafe) foi um entusiasta da multiplicação dos livros. Na condição de livreiro-editor, “por profissão”, ele tem suas próprias convicções do que deve ser o ofício do autor. Para ele, era fundamental escolher um assunto interessante e dele não se distanciar; evitar expor sentimentos e idéias já banalizados, bem como digressões, e remeter a citações somente quando estritamente necessárias¹³. Rouveyre possuía suas certezas acerca também das disponibilidades do leitor, que seria alguém que não se deixa cativar tão facilmente pelas surpresas como ocorreria com um ouvinte. Seguindo o que aprendera, tinha a receita certa para que um livro agradasse àquele universo de leitores: “coesão, clareza e concisão”¹⁴.

Nem sempre, no entanto, eram fáceis as opções: “enriqueçam” era a palavra de ordem do século das luzes e das mercadorias em franca circulação. O editor podia ser um alvo facilmente identificável, mas não era o único a deixar marcas no texto. A exaltação do dinheiro e do lucro permeia o ambiente em que domina o burguês. O reinado de Napoleão III pode ser visto como síntese daqueles anos de uma Europa que se julga destinada ao progresso:

¹³ROUVEYRE, Edouard. *Dos livros*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003, p. 42 e 43.

¹⁴Idem, p. 43.

(...) para assegurar a fidelidade da burocracia, gratifica seus servidores e multiplica as festas, em Paris ou em Compiègne, para as quais convida, além dos editores e dos patrões de imprensa, os escritores e os pintores mundanos mais ortodoxos e mais conformistas¹⁵.

As luzes que iluminavam os palácios burgueses eram outras, bem diferentes daquelas anunciadas pela luneta de Galileu e que se tornaram nos séculos XVII e XVIII objeto de divulgação entre eruditos. Peter Burke menciona que, no século XVII, os pais da ciência moderna estavam interessados numa forma de *ler* o mundo, se afastando dos práticos, que desconheciam as causas dos fenômenos, e dos aristotélicos, que deduziam sem atenção ao mundo real¹⁶. Tais percepções, associadas à crença do poder de difusão da imprensa, estimulou homens como Comênio a apostarem num saber acessível a todos. A escrita daqueles anos trouxe um mundo redesenhado para a erudição, que redefinia sentidos. A imprensa facilitava a interação entre diversos conhecimentos, permitindo que eruditos de lugares diferentes lessem os mesmos textos ou examinassem imagens idênticas, o que teria estimulado o ceticismo ou um olhar mais crítico, uma vez que se comparava e contrastava explicações de um mesmo fenômeno ou evento, propondo alternativas imprevisíveis ou, até então, inaceitáveis.

Por outro lado, Jean-François Gilmont chama atenção para uma banalização dos livros, depois de um século do invento de Gutenberg. O aumento de bibliotecas privadas e da quantidade de exemplares nelas existentes, segundo o historiador, tornou os inventários decorrentes de falecimentos menos precisos em suas descrições dos livros, o que seria um indício de sua desvalorização mercantil e simbólica. A banalização de um objeto, até a pouco, considerado sagrado era associada à banalização do próprio conhecimento¹⁷.

A popularização dos livros, já no século XVIII, observa Wittmann Reinhard, teria provocado comentários de que, na Inglaterra, “os telhadores, nos intervalos, mandavam subir jornais aos telhados” ou ainda, que, “em Paris, todos

¹⁵BOURDIEU, Pierre 1996, p. 65.

¹⁶BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2003, p. 23.

¹⁷GILMONT, Jean-François. “Reformas protestantes e leitura”. IN: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*, v. 02. São Paulo, Ática, 1999, p. 48.

lêem (...) principalmente as mulheres”¹⁸. Na Alemanha, em 1876, um religioso teria registrado a existência de muitos “leitores e leitoras que se levantam e vão deitar-se com o livro, que se sentam à mesa com ele, que têm consigo no trabalho, levam-no aos passeios e que não podem separar-se da leitura” . O sucesso junto ao público de autores como Goethe (*Cartas do jovem Werther*), Samuel Richardson (*Clarissa*) e Rousseau (*A nova Heloísa*) põe em confronto leitores e iluministas. Os eruditos das luzes julgavam que a leitura vinha se tornando um meio de fuga, um ato escapista e voltado somente para a distração, o que seria um obstáculo para a almejada “emancipação do indivíduo, que deveria acontecer de forma disciplinada e racional”¹⁹.

Por sua vez, Pierre Bourdieu cita certo André Motte, grande negociante francês do século XIX, para evidenciar a relação do mundo burguês do século XIX com a leitura e outras formas de percepção da arte, assim como a própria arte. Primeiro um desprezo pela formação escolar, que não seria condição para qualquer distinção social: “Repito todo dia aos meus filhos que o título de bacharel não lhes dará jamais um pedaço de pão para roer”. O mesmo sentimento se aplicaria às atividades intelectuais: “que os coloquei no colégio para lhes permitir provar dos prazeres da inteligência; para os prevenir contra todas as falsas doutrinas, seja em literatura, seja em filosofia, seja em história”. Por último uma imensa desconfiança a tudo que diz respeito às atividades que não fossem simplesmente pragmáticas: “Mas acrescento que haveria para eles grande perigo em entregar-se demasiadamente aos prazeres do espírito”²⁰.

Neste sentido, se os “prazeres do espírito” vinham sendo experimentados por um público que se diferenciava daquele do tempo dos manuscritos ou mesmo dos primeiros séculos de impressão, marcado, sobretudo pela erudição e uma relação respeitosa para com o escrito, no mundo burguês do século XIX europeu, adquire condição de adorno, produto de exibicionismos, ostentação e demonstrações de sociabilidade. Estar próxima da arte e dos artistas, para aquela burguesia endinheirada, torna-se, portanto, apanágio de poder e fortuna. Fosse aquinhoando autores com regalias e favorecimentos, financiando suas penas,

¹⁸REINHARD, Wittmann. “Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?” IN: CAVALLLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*, v. 02. São Paulo, Ática, 1999, .135 e 136.

¹⁹Idem, p. 151.

²⁰BOURDIEU, Pierre 1996, p. 64.

edições e encenações, fosse lhes permitindo acesso a um círculo restrito, o burguês indicava o tom, o tema, os truques e as tramas do espetáculo e dos prazeres que desejavam experimentar.

Uma condição como esta representava enorme risco à arte, uma vez que poderia se ver submissa às regras do mundo dos negócios. Mais do que ameaça, a submissão podia ser constatada nas afinidades e frequência aos salões, onde dançavam no mesmo ritmo muitos escritores, e demais artistas, e representantes da alta sociedade. Tal proximidade contribuía muitas vezes para as ações de mecenato e para a construção de certas carreiras e celebridades. Na ausência de instituições específicas de consagração, o adesismo à alta burocracia estatal e às famílias abastadas predominava nas escolhas de temas e de formas dos que se dedicavam às atividades artísticas. Neste sentido, os salões contribuem para cindir lados opostos: num canto, produtores que se rendem ao gosto burguês – com seus romances de fácil digestão e o teatro de *vaudeville* –; do outro, aqueles identificados com certa vanguarda e que se recusam (ou são recusados) a pôr sua imaginação a serviço do gosto em voga.

A definição do gosto do público defendida pelo editor (e todos que atuam para fazer circular a produção), por outro lado, podia estar menos associada às implicações explícitas de sua atividade mercantil do que às suas relações sociais, no sentido de como ele se percebe como indivíduo e percebe sua atuação como profissional. Se ao autor cabia a opção de estar mais ou menos submisso ao gosto médio, ao editor também esta opção era dada, correndo, ele também, os riscos da falência. Não foram raros os editores que junto com seus autores e leitores foram levados aos tribunais, mesmo à história recente está repleta de exemplos. Se o campo dos produtores (ao menos parte daqueles que o compõe), ao longo da história, tem logrado buscar sua autonomia, o mesmo tem ocorrido, por vezes, entre aqueles que se fazem diretamente entrepostos entre estes e o público.

O mundo tem sonhado com a coincidência entre concepção e percepção de textos e não são poucas as tentativas de fazer do autor mensageiro único de sua criação. Os próprios campos específicos das atividades humanas têm procurado instituir mecanismos para tornarem-se, ao mesmo tempo, produtores e mensageiros de seus textos específicos, quando não, também leitores. Para isso criaram-se normas de conduta, regras de produção, circulação e recepção e, até mesmo, linguagens específicas. As primeiras universidades não fizeram outra

coisa em seus *scriptoriuns*, seguindo os modelos da erudição alexandrina e das ordens monásticas. As academias dos criadores da ciência moderna também tinham seus canais próprios de comunicação – o *Journal des Sçavants*, na França, e o *Philosophical Transactions*, da *Royal Society*, na Inglaterra, ambos criados em 1665, são apenas os pioneiros, dos quais as atuais publicações acadêmicas são herdeiras. Jamais foi raro que corporações, das mais diversas, utilizem procedimentos semelhantes, o temor de apropriações indevidas tem impulsionado diversas dessas iniciativas. Mesmo a tecnologia tem feito aparecer mecanismos que prometem eliminar instâncias de mediação entre emissor e receptor.

Resta pensar até que ponto apenas muda de mãos o poder de interferência na seleção, classificação e disseminação de textos. Caberia ainda indagar se, ao longo da história, as transformações sociais – incluindo as técnicas e tecnologias – transformariam, também, os critérios de intervenção e, por conseguinte, a mediação. Parece haver um desejo de tornar a comunicação mais imediata, garantindo maior autonomia ao produtor. Na mesma linha, parece também persistir uma certeza, esperança ou ilusão de que a comunicação quando feita em um círculo restrito e homogêneo possibilita a redução, quando não a eliminação, de apropriações impróprias, de erros, de equívocos e de falsas interpretações. De qualquer forma, penso ser oportuno indagar se a recepção não estaria sempre criando mecanismos para afirmar a sua própria autonomia, o que tornaria toda e qualquer comunicação um ato de conflito.

Rouoveyre não figurava entre os mais prósperos editores de seu tempo, talvez por ter o livro não só como ofício ou negócio, mas também objeto de seu amor. Ao contrário disso, a atividade editorial proporcionou a formação de grandes fortunas, algumas das quais originadas naquele século XIX e ligadas a nomes como Hachette ou Larousse que, hoje, constituem grandes grupos empresariais. Isso por que se o livro herdou a estrutura física e os componentes internos (folha de rosto, sumário, paginação etc.) dos primeiros códices e se, depois de Gutenberg e das atividades de Aldo Manuzio, adquiriu um projeto gráfico (formatos, caracteres tipográficos; disposição na página etc.) pouco alterado até hoje, quanto a sua distribuição e difusão, alcançou uma dimensão que atingia proporções inimagináveis nos primeiros séculos de sua história. Tal fato, no entanto, já podia ser observado em carta sobre o comércio de livros, que, em 1764, Denis Diderot enviara ao Superintendente da Polícia de Paris, alertando que

seria inútil tentar limitar a circulação dos livros, pois eles “passarão por entre suas pernas ou por sobre suas cabeças, até chegarem até nós”²¹. Isso, associado às inovações na sua reprodutibilidade técnica, ao funcionamento das primeiras linhas férreas que agilizavam a sua distribuição e a ampliação do número de indivíduos capazes de ler e com algum poder de compra, permitiu que fossem aumentadas as tiragens e as vendas, proporcionando enormes lucros aos mais criativos, capitalizados e vorazes negociantes. Não é de se estranhar, portanto, que autores tivessem dificuldades de resistir aos acenos do editor que, não sem freqüência, influíam no resultado de suas penas. Resistir podia significar não ter seu trabalho impresso ou – no caso de o conseguirem, por meios diversos – vê-lo abarrotar algum fundo de depósito.

Baudelaire pagou caro, não para ter impresso suas *Flores do mal*, mas à lei, que o multou em represália a seus versos, considerados atentatórios e ultrajantes à moral. Da lei também não escapou seu editor, Poulet-Malassis, que além dos livros, frequentava os mesmos cafés em que se podia encontrar jovens autores da boêmia literária. Ao entregar sua obra para um pequeno editor, no entanto, Baudelaire anuncia uma audácia ainda maior. Poulet-Malassis era um pequeno editor, com reduzidas possibilidades de pôr seus títulos a disposição de uma grande quantidade de leitores, capacidade reservada aos grandes, como Michel Lévy, recusado pelo poeta. Ao fazê-lo, Baudelaire estava se sujeitando a uma parca remuneração, se comparada com aquela que poderia ter se sua obra, através de um grande editor, fosse entregue para uma difusão incomparavelmente mais ampla. Quanto a seu editor, acabou preso por não poder mais pagar suas dívidas. Entre a consagração pública e sua obra, Baudelaire reservou-se ao direito de não expôr sua criação às apropriações que as práticas do mercado poderiam realizar. Seu gesto pode ter custado caro, mas é um marco na formação daquilo que se pode denominar “autonomia do campo literário”.

Os homens de ciência vinham tentando estabelecer seu campo desde, pelo menos, o século XVI. As primeiras universidades medievais, as academias e sociedades científicas dos séculos XVI e XVII foram passos fundamentais para a constituição de um campo específico. Cada uma destas conquistas visava constituir uma autonomia temida pelas autoridades dos reinos, dos cleros e da

²¹DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002, p. 117.

escolástica e, mesmo entre o senso comum. As fogueiras fizeram de homens e livros um espetáculo que pretendia deixar a claro intolerâncias, fanatismos, pestes e guerras, pretendendo conservar intacto tanto um saber comum, mantido pelas tradições, como um outro, secreto e hermético, guardado por instituições que acreditavam ser nocivo dar “pérolas aos porcos”. Houve várias vítimas anônimas, mas também outras ilustres.

No dia 21 de abril de 1604, Galileu Galilei foi formalmente denunciado como herético. Sobre ele, pesavam, entre outras, acusações de ter uma amante e de fazer leituras pouco edificantes: a autonomia da leitura e do amor sempre foi algo perigoso demais. Em sua defesa, o réu confirmava que os decretos da *Santa Escritura* são de absoluta verdade, pois, assim como a natureza, a *Escritura* procede do Verbo de Deus: a natureza ditada pelo Espírito Santo, e a *Escritura* como executora das ordens de Deus. Acrescentava, no entanto, que “enquanto a linguagem da Escritura é adaptada ao entendimento dos homens e as suas palavras têm significados diferentes; a natureza, ao contrário, é inexorável e imutável e não se importa que suas razões e os seus modos de operar sejam expostos ou não à capacidade dos homens”²². Mais do que ler os livros sagrados, Galileu se propunha a *ler o livro* da natureza, cujos “caracteres são diferentes daqueles do nosso alfabeto, e nem todos são capazes de ler este livro”²³. Neste sentido, embora admitisse que as Escrituras prestam-se para convencer os homens das verdades necessárias para a sua salvação, negava às mesmas Escrituras o poder de dizer verdades que poderiam ser obtidas mediante os sentidos e o intelecto dos homens. Como é sabido, no dia 22 de junho de 1633, Galileu, diante de seus inquisidores, pronuncia a abjuração pública, evitando, assim, um destino mais trágico.

Os homens de letras, embora tivessem origem nos mesmos clérigos que dos mosteiros migraram para a erudição mundana, somente em fins do século XVIII – a despeito dos esforços de homens da Renascença, como Erasmo – lograram constituir, de forma mais efetiva, um campo próprio e, para ele, ansiavam autonomia e reconhecimento. Os debates em torno das contradições que rondavam os escritores da segunda metade do século XIX trazem em si a expressão deste sentimento, uma vez que ceder ao gosto do público é atentar

²²Apud: ROSSI, Paolo. *O Nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, SP; EDUSC, 2001, p. 145 a 194.

²³Idem.

contra o desejo de autonomia e, por outro lado, a existência de um amplo público leitor se apresenta como condição de existência de uma República das Letras. Talvez, o gesto de Baudelaire tivesse para o campo literário o mesmo significado que a defesa de Galileu, para a autonomia do campo da ciência.

Certamente, todo processo que leva a autonomia possui seus mártires e heróis, e talvez eles sejam até necessários, embora isso possa significar a exclusão de um tanto de anônimos que, com seus gestos invisíveis, contribuíram profundamente para a construção de uma nova realidade, tendo, por isso, pago uma conta bem mais cara. À parte isso, a construção de um campo artístico e intelectual autônomo, no século XIX europeu, se realiza em meio a grandes transformações que vinham sendo forjadas, desde, pelo menos, os primeiros anos do século XVI, destarte conspirações e violências. A constituição de um público de consumidores diversificados e cada vez mais numerosos, um conjunto mais extenso e heterogêneo de produtores de bens simbólicos; a profissionalização e o aperfeiçoamento técnico dos setores encarregados da circulação desses bens, o surgimento de instâncias civis de reconhecimento, com critérios não coincidentes com aqueles tradicionalmente estipulados pelas autoridades eclesiásticas e do poder aristocrático são fatores que articulados se tornaram decisivos na constituição desta autonomia.

A existência de um corpo de intelectuais e artistas que comungam concepções diferenciadas acerca das relações de suas atividades, seja com o público, com aqueles que controlam o mercado ou com as instâncias de consagração (apadrinhamento ou institucionais) é fator de embates no interior do próprio grupo produtor de bens simbólicos. Longe de atenuar o processo de conquista da autonomia, tais fissuras contribuem mesmo para o fortalecimento do próprio grupo, sendo, inclusive, responsáveis pela afirmação e existência de um campo que possui sua própria especificidade, suas regras, seus domínios e concepção de um fazer artístico, técnico e intelectual:

(...) o processo de autonomização da produção intelectual e artística é correlato à constituição de uma categoria socialmente distinta de artistas ou de intelectuais profissionais, cada vez mais inclinados a levar em conta exclusivamente as regras firmadas pela tradição propriamente intelectual ou artística herdada de seus predecessores, e que lhes fornece um ponto de partida ou um ponto de ruptura, e cada vez mais propensos a liberar sua produção e seus produtos de toda e qualquer dependência social, seja das censuras morais e programas estéticos de uma Igreja empenhada em proselitismo, seja dos controles acadêmicos e das

encomendas de um poder político propenso a tomar a arte como um instrumento de propaganda²⁴.

Sendo assim, a constituição de um campo específico de escritores obriga uma alteração das relações daqueles que são pares com todos aqueles estranhos ao campo. A afirmação de autonomia do campo literário significaria, portanto, promover uma dupla ruptura. Em primeiro lugar em relação a outros campos já consagrados (religioso, da tradição acadêmica ou político), tornando-se independente de mecenas, proteções e censuras, ou seja, de tudo aquilo que poderia indicar intromissões no exercício de criação do escritor. Além disso, e talvez de forma mais incisiva, seria preciso se afastar das condições impostas por editores e demais mediadores da escrita, que estariam interessados apenas na prosperidade de seus negócios, que seria alcançada através da circulação da escrita entre amplos setores da população.

Em maior ou menor grau é a questão da autonomia que os orienta, mas é desta dupla ruptura que resultam dois lados contrapostos. De um lado estão aqueles que argumentam que a existência de um mercado para a escrita e a cumplicidade de leitores (consumidores) é, de fato, o que garantiria a autonomia, sendo, portanto, legítimo atender seus anseios. Em oposição a estes se entrincheiram aqueles que vêem no sucesso entre o público uma forma de submissão e reconhecem apenas a consagração vinda através de seus pares, ou da posteridade.

Posto no centro de tais debates, um tipo de leitor que não se importa com as idiosincrasias do texto, que vai direto à trama e que “ignora os jogos de linguagem”²⁵. Um tipo de leitor estranho aos campos intelectuais, políticos ou econômicos. Um conjunto de novos leitores, genericamente identificados com atividades menores da burocracia ou do trabalho manual, mas também com a mulher, com os estudantes com os jovens e com toda sorte de pessoas não ligadas diretamente às grandes decisões. Um universo de indivíduos denominado, muitas vezes, como “maiorias”, “multidão”, “massa” e que, a parte isso, no entanto, parece possuir seus próprios interesses.

²⁴BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo Perspectiva, 2001, p101.

²⁵BHARTES, Roland. *O prazer do texto*. Lisboa, Edições 70, 1973, p. 46.

Práticas de leitura: o findo e o tangível

A imprensa gera uma torrente de informações, cujo efeito estimulante é tanto mais forte quanto mais desprovidas estejam de qualquer aproveitamento. (Apenas a ubiqüidade do leitor tornaria possível aproveitá-las; e assim se produz também a sua ilusão.) Walter Benjamin.

O leitor, esse sujeito que Roland Barthes definiu como “sem história, sem biografia, sem psicologia”²⁶, ao contrário disso, já no século XIX europeu, possuía uma longa história. Nem é preciso recorrer a testemunhos que dizem de leitores da Grécia das tragédias ou da Roma invicta que, em voz alta ou silenciosamente e para si, liam textos de entretenimento ou de uso profissional²⁷. Ao longo desta história, a recepção dos textos teve que superar diversos obstáculos. Houve momentos que precisou decifrar uma escrita enigmática e sagrada. Em outros, burlou a vigilância atenta de exegetas, hermeneutas e outros guardiões que impunham leituras e interpretações. A superação de cada obstáculo representou e tem representado uma manifestação da autonomia também do leitor.

No século XIX, esta autonomia, no entanto, estava ameaçada, talvez mais que dantes, apesar disso, a circulação de textos tornara-se expressão de liberdade e iluminação. A escrita não seria mais, somente, linguagem de autoridades civis e eclesiásticas. O surgimento do “leitor moderno” trouxe à cena um universo de indivíduos estranhos às tradições da leitura herdadas de clérigos e humanistas. Este leitor dito “popular”, em busca de sua autonomia, terá que se confrontar em dois flancos: de um lado, um autor onisciente, do outro o mercado onipresente. Ambos se pretendem onipotentes e se colocam como obstáculos à ousadia de um leitor que lê não um sentido que se supõe foi escrito e lhe está prescrito no texto,

²⁶ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 57 – 106.

²⁷ Sobre isso: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. *A história da leitura no mundo ocidental*, vol. I. São Paulo, Ática, 1998. Especialmente sobre a leitura na antiguidade, ver os seguintes capítulos: SVENDRO, Jesper. “A Grécia arcaica e clássica – a Invenção da leitura silenciosa”, (p. 41 – 70) e CAVALLO, Guglielmo. “Entre o *volumen* e o *codex* – a leitura no mundo romano”, p. 71 a 102.

mas um outro, que busca através de práticas e formas próprias de apreensão do impresso.

Em resposta a esta ousadia, sistemas de classificação parecem ter sido criados com a única finalidade de desqualificar determinados leitores (a maioria deles) e, por conseguinte, suas leituras. Definir uma linguagem ou mesmo um determinado idioma como pertinente a um grupo específico, em detrimento a outros – como fora o latim para os escolásticos e o grego para os humanistas – é procedimento muitas vezes repetido. Ao povo restaria o vernáculo, com suas cantigas tolas e histórias repletas de superstições e mau gosto. No mesmo sentido, tem-se tentado estabelecer uma hierarquia dos suportes, reforçando distinções e prescrições. Roger Chartier mostra que, desde os últimos séculos antes de Gutenberg, o grande *in-fólio* que se põe sobre a mesa de estudo é o livro do escolástico; do códice de tamanho médio (in-quarto ou in-oitavo) que normalmente guarda cópias manuscritas dos textos da antiguidade, serviam-se os humanistas. Escrito em vernáculo e para uso da gente do povo, o *libelus* – percussores dos livros de bolso – seria o livro de preces, de devoção e da literatura sediciosa²⁸.

Classificações e hierarquizações se incluem entre os instrumentos que fazem ver quem pode ler e o quê, definindo, com maior ou menor grau despótico, a quem cabe acesso a este ou àquele conteúdo. Tais procedimentos pretendem definir ainda o que é cabível em cada suporte, definindo linguagens, estilos e repertórios, não só a partir dos recursos técnicos do próprio veículo, mas também, da ideologia que se propõe a classificar e hierarquizar indivíduos e grupos. A multiplicação de leitores, obedecendo esta lógica, fez surgir livros que, por suas características físicas, formas de comercialização, custo e conteúdos atendiam a leitores previamente classificados, de acordo com categorias de classe, profissão, escolaridade, faixa etária, gênero etc. Também os jornais passaram a ter seções destinadas ao homem de negócios; à mulher – que muitas vezes tinha confundida suas preferências com as dos homens do povo – voltada para as atividades domésticas e interessada em frivolidades, novelas de capítulos curtos e adocicados; e até para crianças e para a criadagem.

²⁸CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo, UNESP, 1988, p. 08.

A partir do momento em que um universo crescente de leitores passa ter acesso ao escrito, não é de se estranhar que se intensifiquem procedimentos de “partilha do sensível”. A erudição que, de certa forma, sempre buscou definir suas próprias regras, estabelecendo quem dela faz parte e quem está definitivamente excluído, ao se dar conta que a escrita rola por toda parte, também define regras daquilo que considera ser seu oposto. Assim sendo, um conjunto de práticas, hábitos, preferências, comportamentos, crenças apartado do mundo da erudição delimita um ambiente. Um verdadeiro mundo a parte que abriga um sistema simbólico dependente e produtor de simulacros ou que funciona segundo uma lógica alheia à cultura letrada. Não importa: essa ou aquela definição, ou qualquer outra, as categorias que regem o ambiente do vulgo são construções, não daqueles que compartilham esse mundo apartado da erudição, mas daqueles que a ele se opõem. “A cultura popular é uma categoria erudita”²⁹.

Além da erudição que se esforça para se manter como campo autônomo, o leitor “popular” terá que superar outros desafios que se impõe no novo ambiente em que ele se situa. Tradicionalmente identificado pela expressão oral, pela circulação de um conjunto restrito e imutável de crenças e pelas atividades rurais e artesanais –, no mundo do burguês do século XIX europeu, o ambiente declarado “popular” adquire novos contornos, embora permaneça igualmente menosprezado. Em seu novo formato, esse ambiente é classificado e condicionado numa hierarquia cujos pressupostos são o de possuir uma escrita que atende meramente a interesses imediatos, ligados à sobrevivência ou a sentimentos fugidios, simples passatempo. Essa leitura é, portanto, despossuída de regras que permitem alcançar os sentidos profundos dos textos e permanece presa a superficialidade de tramas quotidianas ou imaginosas. Aliás, no ambiente do “popular”, os textos, embora múltiplos, circulariam desvinculados dos valores eruditos e, ao contrário de serem fruto de árduo trabalho intelectual e artístico, estariam associados à produção industrial e urbana e voltada para multidões.

Já no final do século XVIII, os textos impressos passam a fazer parte do cotidiano e da intimidade de toda gente, como atividade de interação social e de lazer, como coisa útil ou fútil, como objeto de desejo e consumo, algo que tanto envolve como dissolve emoções e sentidos. Os mercadores não estavam alheios a

²⁹CHARTIER, Roger. *Formas e Sentido, cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas / SP, Mercado de Letras e Associação de Leitura do Brasil – ABL, 2003, p. 141 – 167.

tal acontecimento e, experimentados nas manhas de fazer seus produtos renderem lucros, se muniam de todos os artifícios disponíveis para fazer a escrita chegar a mãos que tinham alguma habilidade de ler e algum poder de compra. Roger Chartier³⁰ demonstra que desde os primeiros anos de impressão, século XVI, os mais audaciosos buscavam meios de baixar os custos dos livros e de ampliar sua circulação em diversos ambientes sociais. Os pequenos formatos (*in-quarto* com oito ou quatro páginas) eram comercializados por vendedores ambulantes e mascates cegos: na Espanha, eram os *pliegos sueltos*, *romances de ciego* ou de *cordel*; na Inglaterra, as *broadside ballads*. Além disso, os livreiros-impressores disputavam os textos que fossem bastante conhecidos, sob a forma oral (entre pessoas do povo) ou em pequenas edições (entre pessoas abastadas).

Um exemplo de sucesso editorial do século XVII é a Biblioteca Azul que, sob a proteção de sua capa azul, reunia livros de baixo custo, com textos de devoção, romances, contos de fadas, obras de utilidade etc. Em muitos casos, eram textos escritos num período muito anterior que, embora não tenha ocorrido com todos, sofriam uma dupla intervenção dos editores. A primeira visa à apresentação do texto, “multiplicando os capítulos, mesmo que esta divisão não tenha necessidade narrativa lógica, e aumentando o número de parágrafos – o que torna menos carregada a distribuição do texto sobre a página”³¹. A segunda é ainda mais profunda e opera cortes e reduções no texto, através de dois processos.

Nos romances (...), tais reduções amputam os textos das narrativas supérfluas, mas, sobretudo, das descrições de propriedades sociais e dos estados psicológicos, tidos como inúteis ao desenrolar da ação. Um segundo conjunto de transformações redutoras situa-se na escala da própria frase, com a modernização de fórmulas envelhecidas ou difíceis, o enxugamento das frases, depuradas de suas orações adjetivas ou intercaladas, a supressão de numerosos adjetivos ou advérbios.³²

A partir do século XVIII, quando se multiplicam os leitores situados fora da plêiade de letrados, a experiência e o capital de um universo de livreiros-impressores não deixavam dúvida: a escrita tornara-se uma mercadoria. Robert

³⁰CHARTIER, Roger. “Leituras e leitores ‘populares’ da Renascença ao período clássico”. IN: CAVALLLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*, v. 02. São Paulo, Ática, 1999.

³¹CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. IN CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. Estação Liberdade, São Paulo, 2001, p. 103 e 104.

³²Idem.

Darnton, pesquisando arquivos de correspondências, contabilidades, catálogos, entre outros documentos pertencentes a editores-livreiros do século XVIII, conclui:

Não fazem entrar em suas avaliações o respeito que possam ter pela literatura; e, embora encontremos inúmeras anotações pessoais na correspondência comercial – fala-se ali, incidentalmente, da família, das viagens e até dos gostos –, elas o mais das vezes só servem para traçar uma bela imagem do remetente e conquistar a confiança dos fornecedores. Afinal de contas, foi para ganhar dinheiro que resolveram vender livros, não foi?.³³

São inúmeras manifestações que dizem algo como “Não dou a menor importância a nenhum livro difícil de vender, por mais excelente que seja”³⁴ ou “o melhor livro para um comerciante de livros é o que vende”³⁵.

Quando, no século XIX, sobretudo em sua segunda metade, os equipamentos de impressão se aprimoram, a sede de lucros se intensifica, capitais e experiências estavam acumulados, os comerciantes, financistas e industriais estavam prontos para impor uma nova forma de circulação dos textos. Autores como Flaubert e Baudelaire vão reagir a tal condição e defender uma “arte pela arte”, ou seja, uma arte que não sofresse as contaminações das exigências de um mercado que impõe temas, estilo e vulgarização. Por sua vez, a autonomia do leitor estava seriamente ameaçada, não mais pela escassez, mas por uma avalanche de textos que induziam a uma postura cada vez mais consumista, dispersa e ritmada pelos gestos dos mestres do mercado. Para o mercador, mais que qualquer outra generalização, o leitor é, acima de tudo, consumidor, membro de um mercado que pretende envolver a todos, sejam “maiorias”, “massa” ou “multidão”. Para o burguês, esse mercado não é simples local de troca, mas lugar de realização de lucros e logros, por isso, ao consumidor só caberia se adequar às regras de uso, de gosto, de escolha e de valoração.

Bom lembrar, no entanto, que uma coisa é manifestação de desejo ou postulado, um conjunto de regras que define determinado ambiente, outra, bem diferente, é a consumação. Se articulando ou se confrontando, ora com o mercador, ora com o erudito, o leitor segue sua vocação de dar sentido aos textos

³³DARTON, Robert. *Edição e Sedição*. Cia. das Letras, São Paulo, 1992, 124.

³⁴Idem, p. 125.

³⁵Ibidem.

a partir de suas próprias experiências, o que, em muitos casos, não é o mesmo que o pretendido pelos controladores do mercado ou pelos autores eruditos. Se o erudito quer se consolidar como único leitor legítimo, o burguês triunfante não desconhece que seu poder depende de sua capacidade de dominar o mercado, portanto, de impor um sentido ao fluxo das mercadorias, de determinar uma partilha dos bens, a partir de seus próprios critérios. Assim sendo, se a multiplicação de consumidores é fator determinante de ampliação da fortuna e do poder do burguês; a autonomia do leitor se torna uma ameaça. Parece ser tal sentimento o que muitas vezes aproxima setores da elite intelectual a setores da elite econômica, o iluminista ao liberal, uma vez que ambos podem perceber o leitor como alguém a ser domado.

“(…) lhe agradeço por proscrever o estudo dos trabalhadores”³⁶. Assim respondera Voltaire ao promotor do parlamento da Bretanha, em 1763, por este ter se manifestado contra a universalização escolar, argumentando que “O bem da sociedade exige que os conhecimentos do povo não se estendam para além de suas ocupações”³⁷. Ao se beneficiarem da alfabetização e da disposição de grande quantidade de textos sobre os mais variados temas, esse universo de novos leitores subverte classificações e hierarquias e pratica uma leitura “selvagem”: “A uma relação comunitária e respeitosa ao escrito, ele fez suceder uma leitura livre; individual e irreverente”³⁸. Neste sentido, a escrita tantas vezes tida por autoritária, em oposição a uma oralidade supostamente democrática, torna-se aos olhos, mesmo de iluministas radicais, uma ameaça à autoridade, se colocada ao dispor do vulgo.

O que parecia ser motivo de temor e preocupação é que os habitantes daquele mundo à parte não estavam sujeitos somente à voz do pároco, do senhor ou de algum leitor autorizado que, do púlpito, do palanque ou de um palco qualquer, para ele falava das coisas lidas, admoestando-o a cada desatenção ou desvio. Um sem número de indivíduos transitava em anonimato e, no espaço público dominado pelo burguês, os textos estavam por toda parte. Podiam ser lidos nos momentos de reclusão, na intimidade ou entre os que se sentiam em

³⁶Apud: PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. “Educação das massas: uma ‘sombra’ no século das luzes”. In: VIDAL, Diana Gonçalves & HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Tópicos em história da Educação*. São Paulo, EdUSP, 2001, p. 57.

³⁷Idem.

³⁸CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo, UNESP, 2002, p. 108.

igualdade hierárquica. A escrita estava definitivamente órfã. O indivíduo leitor podia, ele mesmo, ler e buscar nos textos, não o sentido pretendido por seu artífice e protegido por comentadores autorizados, mas um outro – nem sempre antagônico –, mas que contemplasse suas próprias expectativas, construídas a partir de suas vivências e experiências: sua história, sua biografia e sua psicologia. Os “leitores populares” passavam a constituir, também eles, um campo autônomo, não que fossem mais livres, apenas lhes era mais provável as insurreições e, portanto, as punições, ainda que estas fossem mais sutis.

As oposições intelectuais, no entanto, parecem mais identificadas com os usos e abusos do que propriamente com as escolhas que indivíduos ou grupos realizam em suas relações com os produtos culturais, mesmo porque, ainda que abundantes a oferta de bens materiais ou simbólicos, por si, é selecionadora. Jamais foram estranhas aos homens as apropriações indevidas, mas elas parecem ocorrer mais devido a práticas não consagradas (ou que não o foram ainda) do que pela aquisição de bens não destinados (ou que não o foram ainda) a certos indivíduos ou grupo específico. Definindo regras de remuneração e cobranças, o burguês, assim como seus antecessores aristocratas, possui instrumentos de partilha que fazem estampar na face para quem se destina cada item da produção social. Por outro lado, a realidade social é pensada, construída e possível de ser lida a partir de lugares e momentos concretos, portanto, repletos de particularidades. As representações desta realidade – embora aspirem uma universalização, uma hegemonia – são determinadas por grupo(s) que a forjam. A luta pela consagração de uma determinada prática cultural, que se caracteriza pela definição de usos legítimos destas representações, tem movido tanto a história como o tem a luta econômica, que define posses e privações. Neste sentido, a definição do ambiente popular – seus limites, seus objetos, seus sonhos, desejos e prazeres – se ligaria tanto às lutas econômicas quanto às que dão conta do sensível e que definem hierarquias e monopólios, práticas de apreensão e de representação; regras de troca e de pilhagem; violências e verdades.

Na Europa, nos anos que sucedem à disseminação do impresso, a partir do século XVI, inaugura-se e consolida-se um tipo de leitor que pratica uma leitura individual, extensiva, que lida com diversos textos e com eles mantém uma relação laica e de maior liberdade de fruição. Este leitor que domina o ambiente cultural da segunda metade do século XIX europeu – a “era de ouro da escrita” –

se pretendeu fosse também dominante no planeta, uma vez que passa a ser confundido com a própria cultura ocidental européia. Ao refletir sobre aquele leitor, tão somente pretendi investigar as condições materiais que tornaram possível o seu florescimento e multiplicação, diante dos dispositivos de produção e comercialização de materiais impressos (livros, panfletos e jornais) que procuravam interferir nas práticas de leitura e na construção de significações e sentidos. Muito menos que tentar desvendar uma história, tal procedimento teve for finalidade buscar subsídios para a investigação que me proponho a seguir, ou seja, as especificidades deste tipo de leitor, quando de sua exportação – e com ele a da própria cultura européia – para os países periféricos, especialmente o Brasil.